

CURRÍCULO, FLEXIBILIDADE E ADAPTAÇÃO: INCLUSÃO ESCOLAR NUMA PERSPECTIVA CONCEITUAL E APLICABILIDADE NO IFPB – CAMPUS ITABAIANA.

Maria Clara Gomes da Costa ¹
Jaqueline Borba de Oliveira ²

INTRODUÇÃO

A escolarização das pessoas com deficiência tem início por volta dos anos 90, com isso tornou-se pauta efetiva na legislação brasileira sobre educação como também nos textos acadêmicos (PRIETO, 2006, p. 33). A Constituição Federal de 1988 diz que “a educação é direito de todos e dever do estado” no seu artigo 205 e no artigo 208 inciso III garante que: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, mas nos dias atuais as escolas ainda têm muita dificuldade de trabalhar com a inclusão de pessoas com deficiência e, para isso, necessitam se adequar às legislações específicas vigentes no país para que possam promover a flexibilização e a adaptação do currículo escolar de forma concernente a essa política educacional.

A inclusão escolar dos PcDs é tema de discussão há alguns anos, entendendo que a diversidade está centrada numa perspectiva de inclusão educacional, contribuindo para que o sistema educacional seja construído preservando as diferenças culturais e individuais (GARCIA, 2011). Logo estas discussões sobre inclusão levam à busca e análise documental para que se obtenha conhecimento básico sobre o tema e poder contribuir com a implantação da flexibilização curricular como também realizar as adaptações curriculares necessárias no Campus Itabaiana. Tendo em vista que temos no *Campus* Itabaiana discentes PcDs (Pessoas com Deficiências) e diante dessa necessidade precisamos, como atuantes do ensino regular, estimular o corpo docente a buscar por ações que tragam progresso no aprendizado desses.

Ainda há escassez de pesquisas referentes à flexibilização curricular, por isso o interesse em realizar uma análise em documentos pertinentes ao tema que é de grande importância para a compreensão desses conceitos, tornando assim o conhecimento em prática para que possamos utilizá-los na aplicabilidade com alunos com deficiência no *Campus* Itabaiana.

Com a revisão bibliográfica e levantamento dos conceitos da flexibilização e adaptação curricular estando prontos, serão elencadas as ideias principais sobre a temática e ainda verificar as Práticas Pedagógicas de currículo adaptado como também buscar na legislação vigente e documentos institucionais o tempo de dilatação de curso necessário para que cada discente, de acordo com suas deficiências, necessita para conclusão do seu curso. Assim transformando essas informações em atitudes práticas e tendo o *Campus* Itabaiana como o produto dessa revisão, trazendo métodos e ações inclusivas para o cotidiano da escola.

¹ Discente do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Automação Industrial do IFPB *Campus* Itabaiana - PB, klaragomes18@gmail.com;

² Graduanda de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, Tradutora e Intérprete de Libras orientadora, Especialista e servidora do IFPB *Campus* Itabaiana - PB, jaqueline.oliveira@ifpb.edu.com.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O estudo foi realizado através de uma revisão bibliográfica, onde ocorreu uma análise das referências disponíveis que versão sobre os conceitos básicos e específicos da flexibilização e adaptação curricular. Informações foram coletadas a partir da análise de documentos oficiais, artigos publicados, livros e capítulos de livro disponíveis em bases de dados nacionais e internacionais online, como: Periódicos da CAPES, Google Acadêmico, sites de revistas e livros físicos, site do Governo Federal. A partir da análise, foi criado um banco de dados contendo informações sobre os conceitos e aplicabilidade da flexibilização e adaptação curricular.

Uma pesquisa necessita que busquemos fontes confiáveis como também documentos oficiais para que possamos compreender como funciona a legislação vigente no país (LOPES, 2008). Assim a pesquisa teve caráter quantitativa e qualitativa, aonde analisamos como ocorre à flexibilização e à adaptação curricular no campus Itabaiana, e após isso realizar uma análise qualitativa que será através de questionário devidamente elaborado de acordo com a ética direcionado aos profissionais da educação do campus de como ocorre a utilização desses conceitos.

Com a análise realizada será adicionado ao banco de dados informações sobre os conceitos e aplicabilidade do objeto estudado. Como também todas as respostas para fazer um comparativo do que os pesquisados entendem por flexibilização e adaptação curricular.

DESENVOLVIMENTO

Nos últimos anos de acordo com FLORIANI & FERNANDES a necessidade educacional apresentada por alunos com deficiência foi profusa. As autoras evidenciam por meio de pesquisas bibliografias a urgência da necessidade de iniciar uma flexibilização/adaptação curricular para suprir, com propriedade, as necessidades gerais da área da inclusão de PcDs. Elas compreenderam que os conceitos básicos, e necessários, para uma flexibilização/adaptação se caracterizam como uma resposta que é passada para as instituições escolares no intuito de sanar as dificuldades educacionais dos alunos com necessidades específicas.

Paganelli em 2017 relata que é inegável que obtivemos diversos avanços no tocante da inclusão, mas é perceptível por boa parte dos educadores que a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência ainda passa por dificuldades. Então é necessário problematizar e organizar as práticas escolares buscando em documentos, revistas pedagógicas e artigos científicos ações em que os discursos tragam resoluções e aplicações para essa temática. Como resultado dessa pesquisa sobre as práticas seria possível tornar o currículo mais maleável, ou seja, adaptado a realidade e as necessidades específicas de cada discente com deficiência e propondo modificações nas estratégias e objetivos, fazendo com que se sintam estimulados e motivados, logo irão aprender e desenvolver suas competências para obter êxito na sua vida acadêmica.

Visto também que inclusão escolar é o processo de inserir pessoas com deficiências em qualquer quadrante, seja ele social ou educacional, sendo necessária segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, uma exigência de adaptação e flexibilização curricular, técnicas, tudo isso para atender as especificidades do corpo discente. O processo de flexibilização é gradativo, visto que pode ser entendido como algumas modificações nos exercícios complementares que componha o corpo curricular. Logo é preciso um currículo igualitário para todo o território nacional, afirmando também que educação inclusiva, em hipótese alguma pode ser considerada apenas como possibilidades morais, físicas e sociais (FLORIANI & FERNANDES).

Quando a escola recebe um aluno com deficiência ou com necessidades educacionais específicas é preciso fazer um bom planejamento para que o atendimento seja realizado com êxito. Também é indispensável conhecer o educando e sua família, pois esse contato fará com que os profissionais que iram passar o ano com ele possam ter ideias do tipo de materiais que pode confeccionar como traçar estratégias para utilizar em sala de aula. O interessante ter contato com o profissional que realiza o atendimento especializado. A consultora Daniela Alonso diz que: "Com isso, ele pode pensar em propostas colaborativas dentro de sala e aperfeiçoar seus métodos pedagógicos. Cada aluno tem necessidades próprias. Nenhuma deficiência é igual". Quando nos referimos à aula inclusiva precisamos ver de modo amplo a educação, assim ao planejar temos a oportunidade de pesquisar e ter acesso a diversos materiais que auxiliam na compreensão e reprodução dos conteúdos utilizando aspectos diferenciados como técnicas ou recursos audiovisuais com a ajuda dos conhecimentos adquiridos anteriormente. Com isso a autora afirma que os alunos aprimoram seus conhecimentos prévios e não ficam apenas na reprodução das informações. O processo de aprendizagem deve ser considerado parte da avaliação, pois cada pessoa tem seu ritmo e tempo (LOIOLA, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente o termo Flexibilidade Curricular foi apontada na Declaração de Salamanca se referindo ao conceito de Adaptação Curricular e autora Garcia diz no texto que: "os currículos sejam adaptados às crianças e não o contrário". Dentre as pesquisas realizadas ficou claro que os conceitos de Adaptação e Flexibilização não são iguais, mas tem um papel importantíssimo no tocante da educação inclusiva. Por isso muitos confundem acreditando que possuem os mesmo conceitos, contudo iremos evidenciar que os mesmo são um pouco diferentes (GARCIA, 2011, p 13).

Segundo as autoras FLORIANI & FERNANDES relatam que o termo adaptação exige um entendimento abrangente do seu conceito para usá-lo, pois nele há um sentido de ajuste físico, mecânico com isso, Bueno (2000) tratava de adaptação como amoldar, adequar, ajustar, atender à necessidades e para Garcia (2011) essa definição está interligada com o modelo médico-psicológico, este que norteou a Educação Especial por um longo período, no qual diz que ele se encaixa em adequar-se em métodos nos quais englobava os diversos tipos de diagnósticos dos alunos, como cegos, surdo, deficiente físico, intelectual. Sendo assim não deveriam ser pensadas apenas como ações para um determinado grupo e sim para todos os discentes e dependendo da particularidade ser aplicada individualmente, mas somente quando necessário.

Em relação à flexibilização que surgiu em por volta da década de 90 e tem um caráter mais prático, pois busca utilizar as diferenças de cada um para melhorar o acesso aos conhecimentos. Em relação ao significado encontrado nos dicionários fica claro que a ideia de ser flexível é o mesmo que "demonstra agilidade", "arqueável", "elástico" dentre outros nesse sentido podendo tornar o currículo mais maleável partindo do princípio que no âmbito educacional significa que o direito a diferenciação no currículo obrigatoriamente tem que ser garantida tornando assim mais coeso com as particularidades e vivências de cada estudante principalmente no convívio e características sociais e culturais levando em consideração as diferentes formas de aprender e os diversos tipos de inteligências que está inserida nas salas de aulas de ensino regular. Contudo, fazendo com que todos vejam esse currículo como uma forma de aprendizagem mais dinâmica e que cada um seja responsável pelo seu progresso educacional (PAGANELLI, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que os discentes PcDs tenham efetiva participação nas salas de aulas regulares foi visto que é necessário tornar o currículo mais flexível trabalhando as diferentes formas de aprendizado. Para isso é necessário realizar um planejamento dessas atividades não podendo ser repetitivas e sem mudanças no tocante à educação inclusiva. Quando falamos de inclusão em sala de aula é importante lembrar que as propostas precisam abranger todo o grupo, mas enfatizando que é indispensável fazer a diferenciação de acordo com as necessidades específicas de cada um, principalmente as que de algum modo podem não atender aos requisitos-padrões de aprendizagem e participação nas aulas.

Reafirmando a importância de planejar, é necessário escolher quais conteúdos, quando e como serão aplicados. É nesse momento que utilizamos o conceito de Flexibilização, ou seja, fazer com que os conteúdos sejam passados de forma unitária a todo grupo sem promover segregação, segundo Daniela Alonso, 2011 “As flexibilizações e/ou adequações inseridas na prática pedagógica devem estar a serviço de uma única premissa: diferenciar os meios para igualar os direitos. Principalmente o direito à participação, ao convívio”.

É notório que as pesquisas na área ainda estão longe do ideal, mas com os conceitos desenvolvidos nesse trabalho, podem ser utilizados para orientar o corpo docente do *campus* Itabaiana acerca do processo ensino-aprendizagem, com intuito de promover a acessibilidade educacional de forma interativa e cumulativa, proporcionando melhor e maior compreensão dos conteúdos pelos discentes.

Palavras-chave: Adaptação, Flexibilização, Inclusão, Currículo.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Daniela. **Desafios na sala de aula: dimensões possíveis para um planejamento flexível.** Disponível em: < <https://www.diversa.org.br/artigos/desafios-na-sala-de-aula-dimensoes-possiveis-para-um-planejamento-flexivel/>> Acesso em: 29 de Julho de 2019.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa.** Editora FTD. São Paulo, 2000.

FLORIANI, Fátima Heraki; FERNANDES, Sueli de Fátima. **Flexibilização e Adaptação Curricular: desafios dos sistemas de ensino para equilibrar o comum e o individual em contextos inclusivos?** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1527-8.pdf>> Acesso em: 24 de Abril de 2019.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **O conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional.** In Denise Meyrelles de, e col.. **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa.** 3ª Edição, Editora Mediação, Porto Alegre, 2011.

LOIOLA, Rita. **Cuidados especiais para alunos com deficiência.** Disponível em:
<<https://novaescola.org.br/conteudo/352/cuidados-especiais-para-alunos-com-deficiencia>>

Acesso em 10 de Agosto de 2019.

LOPES, Esther. **Flexibilização curricular: um caminho para o atendimento de aluno com deficiência, nas classes comuns da Educação Básica.** Disponível em:

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_esther_lopes.pdf> Acesso em 25 de Abril de 2019

LOPES, Esther. **Estratégias para a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular.** Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2007_uel_edespecial_md_esther_lopes.pdf> Acesso em: 30 de Abril de 2019.

PAGANELLI, Raquel. **Flexibilizações vs. adaptações curriculares: como incluir alunos com deficiência intelectual.** Disponível em: < <https://diversa.org.br/artigos/flexibilizacoes-adaptacoes-curriculares-como-incluir-alunos-deficiencia-intelectual/>> Acesso em 26 de Abril de 2019.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

UNESCO & MEC-ESPANHA. **Declaração de Salamanca e linha de ação.** Brasília: CORDE, 1994.